

Um nacionalismo em confronto com o Ocidente

Os Jogos Olímpicos de inverno, inaugurados em Sochi a 7 de fevereiro, chegaram num momento de satisfação para a política externa russa, que pretendeu demonstrar nos últimos tempos que a sua diplomacia é muito mais do que a diplomacia do gás. À Rússia não parecem preocupar demasiado as críticas externas ao seu regime em matéria de democracia e de direitos humanos, em contraste com a opinião pública interna que aplaude uma política nacionalista baseada na recuperação do estatuto de grande potência mundial.

Apoteose olímpica e terrorismo islamista

A realização de Jogos Olímpicos serviu para a projeção da imagem pública de um país, e, inclusivamente, de montra das supostas realizações do seu governo. No entanto, no caso concreto dos jogos de Sochi, a repercussão mediática não passou nem pela organização, nem pelas medalhas, mas pela segurança. O terrorismo islamista, com base na Tchechénia ou no Daguestão, atacou em Volgogrado no passado mês de dezembro, querendo transmitir a mensagem de que podia arruinar os faustos preparados pelo governo de Putin.

O mais curioso é que a reação perante os atentados de alguns meios de comunicação ocidentais, em paralelo com as ações de ONGs e ativistas que se opõem ao governo de Moscovo, foi a imediata crítica a esse governo russo. É a mesma abordagem perversa do “eles o procuraram”, referente ao terrorismo, a qual se enraizou noutras latitudes. Esta atitude priva de visibilidade as vítimas, reduzidas a meras estatísticas, e limita a responsabilidade dos agressores, que parecem empurrados a fazer o que fazem devido a uma estranha fatalidade. Os únicos culpados seriam o militarismo e a corrupção que proliferam amplamente na Rússia atual.

Haveria que perguntar os motivos porque as críticas aos jogos de Sochi, espelho do país de Putin, têm uma maior virulência

do que as realizadas contra as Olimpíadas de Pequim, no verão de 2008. Ao reprovar o certame de Sochi, esgrimiram-se rebuscadas comparações com Hitler e os jogos de Berlim de 1936. As comparações foram ao extremo de estabelecer paralelismos entre o holocausto judaico e a discriminação dos homossexuais na Rússia. Todavia, reprovações desta índole não foram utilizadas ao referir-se aos jogos chineses.

A Pequim ocorreu mais de uma centena de chefes de Estado. Pelo contrário, o primeiro-ministro britânico, David Cameron, alegou problemas de agenda para não ir a Sochi e o presidente alemão, Joachim Gauck, invocando a sua posição de personalidade política independente, não hesitou em afirmar que também não iria ao evento olímpico, devido à situação dos direitos humanos na Rússia.

O Ocidente não se entende com a Rússia nacionalista

Estas atitudes contribuem para minar possibilidades de uma relação estratégica entre a Europa e a Rússia, estagnada desde há algum tempo, o que explica as escondidas preferências de Moscovo pelas relações bilaterais no âmbito económico. O certo é que se os diplomatas russos tentassem convencer os políticos europeus de que o terrorismo islamista é uma ameaça comum, em face da qual se devem unir forças, encontrariam uma resposta marcada pela frieza e com considerações que apelam para instrumentos jurídicos ou para reformas políticas internas.

Este é um dos muitos exemplos do desencontro e da falta de entendimento entre o Ocidente e a Rússia. Depois do fim da guerra fria, a tendência dos EUA e da Europa foi considerar a Rússia um país decadente, uma sombra do que foi na época soviética. Consideraram Ieltsin como fraco e inoperante, mas muito menos viram com melhores olhos Vladimir Putin, encarado como um mediocre ex-membro do KGB de grande apetite pelo poder. A Rússia do início do século XXI reflete, portanto, a imagem de um Estado todo poderoso, em contraste com uma sociedade civil de reduzidas dimensões.

A Rússia é um país onde triunfou o capitalismo de Estado, o que lhe prejudicaria o necessário dinamismo económico num mundo globalizado, e tem, além disso, todas as características

de um Estado dual, formalmente democrático e ao mesmo tempo burocratizado e clientelar. Alguns analistas e políticos ocidentais consideram que se perdeu a oportunidade de transformar a Rússia em algo parecido com a Alemanha posterior à II Guerra Mundial. A República Federal Alemã soube deixar para trás um passado autoritário, para se integrar nas estruturas políticas, económicas e militares do Ocidente. Por que motivo a Rússia não fez o mesmo?

De regresso à história

Esta abordagem não deixa de ser simplista, porque não tem em conta a meta-história russa, a sua trajetória secular e a sua geopolítica. De facto, a popularidade de Putin reside em ter sabido transmitir aos seus compatriotas que a Rússia está de regresso à história. O historicismo do presidente evoca o legado de Pedro o Grande, quando modernização não equivalia a ocidentalização, e é capaz de se revestir de um presidencialismo no estilo de De Gaulle, com lemas de nacionalismo e democracia, tendo por matiz que a democracia é “soberana”, antes de ser liberal. Se a democracia é traduzível pelo governo da maioria, Putin está convencido de que a maioria dos cidadãos quer o regresso da Rússia como grande potência.

O conceito de grande potência assume inevitavelmente as glórias do passado, independentemente dos regimes políticos. Daí que numa Rússia nacionalista não haja lugar para conceber o derrube das estátuas de Estaline. Sobre este aspeto, Putin recordava há algum tempo que os ingleses não pensam derrubar as estátuas de Cromwell. Mas os críticos ocidentais pouco entendem de nacionalismos. Se assim fosse, não deveriam ficar surpreendidos com o facto de alguns opositores destacados como Aleksei Navalny, fazerem igualmente profissão de fé nacionalista, o que não é incompatível com discordar do governo de Putin.

Éxitos da política externa russa

Todavia, costuma afirmar-se que Putin procurou melhorar a sua imagem, nas vésperas da realização dos jogos de Sochi, com indultos como a libertação do oligarca, Mikhail Jodorkovsky, ou de duas das componentes do grupo punk, Pussy Riot. Essas decisões do presidente não permitem, contudo, visualizar qualquer mudança de atitude na natureza do executivo nacionalista russo. Apesar dos apelos anteriores ocidentais para a libertação destes e de outros detidos, não é à insistência estrangeira que devem a sua libertação.

Talvez não seja casual que estas medidas tenham aparecido após três grandes sucessos da política externa de Putin: o asilo concedido a Edward Snowden, o acordo com os EUA

sobre a Síria para o controlo das armas químicas de Assad e a recusa do ex-governo ucraniano em assinar um acordo de associação com a UE.

O Putin que soube aproveitar a fraqueza dos seus adversários norte-americanos e europeus, pôde revelar o seu lado magnânimo, algo mais parecido com o perdão de um czar, do que com o reconhecimento de uma arbitrariedade. Os êxitos da sua diplomacia pretenderam demonstrar que a Rússia é muito mais do que uma grande potência económica, baseada no petróleo e no gás.

A deterioração das relações entre a Europa e a Rússia

Não obstante, os sucessos da diplomacia russa enfrentam uma progressiva deterioração das relações de Moscovo com a UE. Em finais de janeiro passado, Putin fez uma visita a Bruxelas num único dia e com uma pequena delegação, o que é indicativo da frieza das relações. Isto vem de muito antes do que a Rússia chama interferência europeia nos assuntos da Ucrânia, que leva alguns países europeus a proporem sanções contra a Rússia, as quais dificilmente irão para a frente, por falta da necessária unanimidade.

A verdade é que parece desvanecer-se o projeto, apresentado em 2005, de estabelecer quatro espaços comuns entre a Rússia e a UE relativos à economia, à liberdade e justiça, à segurança externa, e à educação e cultura. Pelo contrário, Putin parece mais interessado em constituir a União Euroasiática, com pretensões de ser um interlocutor privilegiado da Europa. Mas o principal problema desta organização nascente tem a ver com os receios de alguns dos seus países, como a Bielorrússia e o Kazaquistão, sobre a transferência de soberania económica, que, por seu turno, implica soberania política. O modelo de integração europeu, a que muito menos aspiram os países da nova organização, dificilmente fermentaria em Estados que têm poucos anos de independência.

Além disso, a União Euroasiática não terá viabilidade mínima, se a Ucrânia não fizer parte dela. No entanto, a existência de duas Ucrânias, uma favorável ao Ocidente e outra favorável à Rússia, aconselha uma política de equilíbrio entre a Rússia e a Europa. Os russos não podem pensar que haviam ganho em definitivo o jogo, com a concessão de créditos à Ucrânia e a baixa da sua fatura do gás no curto prazo (acordo com o ex-governo ucraniano). Mas tão-pouco parece muito provável que a UE conceda a suficiente credibilidade à União Euroasiática, tanto pelas desigualdades entre os seus membros, como pela previsível falta de coesão interna.

A. R. R.

(com autorização de www.aceprensa.pt)

EUA-Rússia: uma sociedade nada fácil

Angela E. Stent é professora na universidade de Georgetown e há quatro décadas que estuda as relações entre os Estados Unidos e a Rússia. Nos anos da guerra fria, qualquer analista acreditado devia dominar as teorias do marxismo-leninismo sobre política internacional, ao mesmo tempo que fazia jus ao seu papel de “soviólogo”, espiolhando os discursos e as presenças ou ausências de membros do Politburo.

Ao terminar a guerra fria, Stent deu-se conta de que o estudo da nova Rússia devia ser abordado sob uma perspectiva da história e da cultura do país, e também com base na análise das relações dos russos com os vizinhos. Abordagens diferentes adotadas pela teoria das relações internacionais, baseadas em modelos abstratos e com profusão de estatísticas, revelavam-se insuficientes por se afastarem das realidades políticas e dos fatores modeladores da política externa.

Não se podem ajustar teorias a líderes imprevisíveis. Não pode-mos adivinhar o que passa pela cabeça de um governante, mesmo que haja especialistas que analisem a fundo o menor dos seus gestos. Com muita frequência tomam decisões com o sentido de oportunidade que lhes oferece algum acontecimento inesperado.

Crónica de expectativas frustradas

O novo livro de Angela E. Stent, “The Limits of Partnership: US-Russian Relations in the Twenty-First Century”, (Princeton University Press, 2014, 355 págs.), é uma crónica da história recente que projeta luz sobre os altos e baixos da relação entre Moscovo e Washington. Como pano de fundo a uma análise rigorosa de quase um quarto de século, surge com toda a clareza a exposição dos interesses de uma Rússia que os considera frequentemente defraudados.

De facto, a maior crítica que os russos poderiam fazer aos norte-americanos, quer sob o governo de Ieltsin, quer sob o de Putin, é a de terem única e simplesmente procurado, de modo egoísta, os seus próprios interesses. A atual crise da Ucrânia devia ser uma chamada de atenção para a Administração Obama, até agora muito mais interessada na Ásia do Pacífico e mesmo no Médio Oriente, e que parece ter perdido o interesse pelo espaço euro-atlântico.

Esta obra é antes de mais o relato de expectativas frustradas. No início de cada nova presidência americana (George Bush, Clinton, George W. Bush e Obama), os respetivos inquilinos da Casa Branca planearam um *reset* das relações com a Rússia, um reinício que partisse do zero, esquecendo os erros dos antecessores. Este projeto foi dramatizado em 2009 pela então secretária de Estado Hillary Clinton, que ofereceu a Sergei

Lavrov, ministro russo dos Negócios Estrangeiros, um botão vermelho com a palavra *reset*. Stent pensa que tratar relações entre países a partir de abordagens generalistas e pouco concretas, sempre terminou em fracasso. Talvez a raiz das discrepâncias seja o facto de a Rússia desejar ver reconhecido pelos Estados Unidos o seu *status* de grande potência, semelhante ao que teve durante a guerra fria, e não se conformar em ser um simples sócio de Washington. Por seu turno, os Estados Unidos consideraram-se, implícita ou explicitamente, o país vencedor da guerra fria, com o consequente direito de difundir pelo mundo a democracia liberal e a economia de mercado.

Isto explica as visões tão diferentes que norte-americanos e russos têm da década de 90. Para os EUA, significa um tempo de esperança, que ganhou em pluralismo e liberdade de expressão após a queda do sistema soviético. Mas para a Rússia representa uma época de fraqueza, pobreza e desordem. Por isso, Moscovo considerou normal fazer reverter essa situação, afirmando o princípio da soberania estatal e da não ingerência em assuntos internos. Uma superpotência clássica para uma conceção clássica do Direito Internacional, contraposta ao Direito Internacional atual, com as vertentes de intervenção humanitária e de responsabilidade protetora.

O modelo diplomático das relações pessoais

A presidência de George Bush (1989-1993) caracterizou-se pelo apoio às reformas de Gorbachov, embora a intenção deste não fosse o desaparecimento da URSS, mas a sua conversão num efetivo agente global. De resto, a saída de Gorbachov do poder forçou os americanos a reinventar com Ieltsin a relação EUA-Rússia. Washington chegou mesmo a pensar que, sem o presidente russo, o comunismo voltaria. Mas a campanha das eleições presidenciais americanas evitou um compromisso mais sério de ajuda económica à Rússia, pois o Congresso estava reticente em desenvolver um Plano Marshall para esse país.

Com a atitude cautelosa de Bush contrastou a de Bill Clinton (1993 -2001), disposto a estabelecer uma aliança estratégica com uma Rússia reformista, mesmo tendo as reformas consistido na aparição de um capitalismo burocrático, ligado a corrupção e a clientelismo. Segundo Stent, o grande erro da estratégia norte-americana foi pensar que se podia transportar o modelo do capitalismo liberal para a sociedade russa, pouco madura para a democracia e sempre pendente de um governante todo-poderoso, fosse ele o czar, ou o secretário-geral do PCUS.

Foi também durante estes anos que se construiu um modelo de diplomacia baseado em relações pessoais. Durante algum tempo, Clinton pareceu exercer o papel de padrastrinho e Ieltsin o de filho pequeno. A palavra de ordem era manter a todo o custo o presidente russo no poder, e assim se passou por alto o bombardeamento do parlamento em outubro de

1993. De facto, até finais de 1995, o governo de Ieltsin contava com um ministro dos Negócios Estrangeiros pró-ocidental, Andrey Kozyrev, mas a partir dessa data passariam por este ministério russo, políticos como Primakov ou Ivanov, que iriam inverter o sinal da diplomacia para posições mais críticas em relação ao Ocidente. Clinton pretendia atrair a Rússia para instituições ocidentais (G7, OMC, Conselho da Europa), embora nunca tenha havido a intenção de que esse país fizesse parte da NATO ou da UE. A prioridade de Washington passava antes pelo alargamento da Aliança, tendo-se visto os EUA forçados a escolher entre o apoio às reformas na Rússia e a consolidação dos novos regimes democráticos na Europa Central e Oriental. Em jeito de compensação, os americanos ofereceram à Rússia admissão em órgãos de cooperação militar como a Parceria para a Paz, criada pela NATO, o que se veio a verificar insuficiente. Criou-se então em 1997 um Conselho Permanente NATO-Rússia, onde Moscovo podia ter voz, mas nunca direito de veto.

Relações cada vez mais frias

Estas iniciativas em matéria de segurança foram-se deteriorando com as críticas dos americanos à repressão russa na primeira guerra da Tchetchénia (1994-1996), tendo atingido uma crise profunda em 1999, com a campanha de bombardeamentos da NATO sobre o Kosovo, um conflito a que se opôs a Rússia, tradicional aliada da Sérvia. Com George W. Bush (2001-2009) regressou-se ao modelo diplomático baseado na relação pessoal, agora com Vladimir Putin. O próprio presidente russo se ofereceu aos Estados Unidos como sócio estratégico contra o terrorismo islâmico após os atentados do 11 de setembro. Putin apoiou a guerra do Afeganistão e consentiu aos norte-americanos o uso de bases militares com carácter provisório nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. A Rússia achava que os dois países estavam na mesma luta contra o integralismo islâmico, embora nunca conseguisse que os EUA vissem a segunda guerra da Tchetchénia sob esta perspetiva. Putin aceitaria em 2002 um novo alargamento da NATO, que passava a incluir os países bálticos, e que seria mais ou menos compensado com a criação do novo Conselho NATO-Rússia. Mas as relações sofreram um duro revés em 2003, com a invasão do Iraque, inaceitável para uma Rússia que não podia transigir com uma intervenção armada para uma mudança de regime, nem tão pouco com uma agenda revisionista para implantar sistemas democráticos. Putin não teve dúvidas em aliar-se com a França e a Alemanha, ambas críticas da posição norte-americana, e opor-se assim à guerra do Iraque.

O que mais esfriou as relações bilaterais foi o apoio dado por Washington às revoluções na Geórgia, na Ucrânia e no Quirguizistão, que puseram no poder governantes pró-ocidentais, reduzindo a influência russa. No final de 2006, a Rússia distanciava-se dos EUA, procurando novos sócios na Europa, na China e noutros países do grupo BRICS.

Putin fez na Conferência de Segurança de Munique (2007), fortes críticas à unipolaridade representada por Washington, defendendo a diplomacia multilateral. Seguiram-se desencontros, como a suspensão por Moscovo de participar no Tratado sobre as forças armadas convencionais na Europa e a recusa em aceitar o projeto de escudo antimísseis, que a Rússia considerava uma ameaça. A presidência de George W. Bush terminou a seguir à guerra russo-georgiana (agosto de 2008), com a secessão da Abecásia e da Ossétia do Sul.

O erro de Obama

Com Obama, que tomou posse em 2009, Washington pretendia começar do zero estas relações, atitude animada pela presença de um novo presidente russo, Dimitri Medvedev (2008-2012). Para Stent, o erro de Obama foi procurar estabelecer laços privilegiados com Medvedev em detrimento de Putin, que continuava a ser primeiro-ministro. Quando, em 2012, o presidente russo não se candidatou à reeleição, para permitir o retorno de Putin, desmoronaram-se as expectativas da diplomacia americana. Continuaram as desavenças sobre o escudo antimísseis, o Irão e a Síria, e surgiram outras como o caso Snowden e a crise da Ucrânia.

A conclusão do livro é a seguinte: a associação dos EUA com a Rússia sempre terá um carácter limitado. Nenhum presidente norte-americano pode aspirar a mais do que à cooperação em áreas específicas, de interesse para os dois países. É preciso fugir de relações demasiado personalizadas e contar com a assessoria de especialistas em história e cultura. E Angela Stent dá um outro conselho não menos importante: devia-se evitar emitir publicamente juízos de valor sobre a política russa, tanto positivos como negativos.

A.R.R.

(com autorização de www.aceprensa.pt)